



Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

www.equatorialenergia.com.br



A Administração da Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 03"), em cumprimento às disposições legais e do acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente:** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's do 1º a 8º. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1.184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1.962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiu a marca R\$ 102 bilhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão de R\$ 2,4 bilhões em renovações (devido à implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nossa principal foco estará na constante melhoria das indicadoras de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos as oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário:** A Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização).

A Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Buritirama - Queimada Nova II, em 500 KV, com extensão aproximada de 380 quilômetros. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios dos Estados da Bahia e Piauí: Buritirama, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Direito Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 143,12 milhões, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 08 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro de 2022). A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Relatório de Ações Sociais:** Foi assinado em março de 2022, o Acordo de Cooperação entre a Equatorial Transmissora 3 SPE e a Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio - PI, para a construção de uma quadra poliesportiva no bairro Aeroporto, solicitado pela prefeita Maria das Virgens, quando da nossa presença no município com um dos canteiros de obras para a implantação da LT 500KV Buritirama - Queimada Nova. O projeto da quadra poliesportiva (futebol, vôlei e basquete) contou com alinhamento, arquitetado para aproximadamente 250 pessoas, iluminação e banheiros (feminino, masculino e PCD). As obras da quadra poliesportiva (futebol, vôlei e basquete) foram iniciadas em novembro de 2022, e entregue em abril de 2023. O custo de investimento social foi de R\$ 520 mil.

4. Andamento do Projeto: A SPE 03 está com todos os seus ativos em Operação desde 2021, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 26 de maio de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **5. Investimentos:** Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 1,5 milhão. Os desembolsos foram concentrados na finalização das obras, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

6. Desempenho Econômico-Financeiro: **Receita Líquida:** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R\$ 168,28 milhões. **Custos e despesas operacionais:** No ano de 2023, o total de custos e despesas

operacionais foi de R\$ 5,80 milhões. **EBITDA:** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 162,47 milhões. **Resultado financeiro:** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 37,93 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 23,51 milhões. **Benefícios Fiscais:** Em 19 de outubro de 2021, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. o benefício da redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031. **Lucro Líquido:** Em 2023, a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 101,00 milhões. **Endividamento:** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 519,64 milhões. As dívidas da SPE 03 têm perfil confortável de vencimentos, com apenas 6,72% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiana de Lima Logrado, Alton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer reservas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Alton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-S-MA

foi de R\$ 5,80 milhões. **EBITDA:** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 162,47 milhões. **Resultado financeiro:** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 37,93 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 23,51 milhões. **Benefícios Fiscais:** Em 19 de outubro de 2021, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. o benefício da redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031. **Lucro Líquido:** Em 2023, a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 101,00 milhões. **Endividamento:** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 519,64 milhões. As dívidas da SPE 03 têm perfil confortável de vencimentos, com apenas 6,72% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiana de Lima Logrado, Alton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer reservas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Alton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-S-MA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

| | Notas | 2023 | 2022 | |
|--|-------|-----------|-----------|-----------|
| Passivo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 205 | 186 | 6.331 |
| Aplicações financeiras | 6 | 62.943 | 49.430 | 20.867 |
| Contas a receber de clientes | | 19.565 | 14.263 | 8.039 |
| Serviços pedidos | | 762 | 359 | 7.115 |
| Impostos e contribuições a recuperar | | 176 | 193 | 1.387 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | | 6.475 | 7.939 | 3.623 |
| Adiantamento a fornecedores | | 2.793 | 3.183 | 6.127 |
| Outras contas a receber | | 513 | 1.329 | 1.348 |
| Ativos de contrato | 8 | 178.467 | 146.745 | 4.254 |
| Total do ativo circulante | | 271.899 | 223.627 | 66.182 |
| Não circulante | | | | 70.917 |
| Aplicações financeiras | 6 | 14.031 | 12.732 | 387.565 |
| Intangível | | 595 | 621 | 97.147 |
| Ativos de contrato | 8 | 1.129.964 | 1.122.351 | 135.823 |
| Total do ativo não circulante | | 1.144.590 | 1.135.704 | 186.291 |
| Total do ativo | | 1.416.489 | 1.359.331 | 806.826 |
| Passivo | | | | 803.628 |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores | | | | 407.494 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | | | 103.872 |
| Debêntures | 10 | | | 124.776 |
| Dividendos a pagar | 13 | | | 167.486 |
| Impostos e contribuições a recolher | | | | 366.016 |
| Impostos e contribuições sobre lucro a recolher | | | | 484.786 |
| PIS e COFINS diferidos | 12 | | | 1.359.331 |
| Encargos setoriais | | | | |
| Outras contas a pagar | | | | |
| Total do passivo circulante | | | | |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| Debêntures | | | | |
| PIS e COFINS diferidos | | | | |
| Imposto de renda e contribuições sociais diferidos | | | | |
| Total do passivo não circulante | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | | | | 118.770 |
| Reserva de lucros | | | | 424.711 |
| Total do patrimônio líquido | | | | 543.481 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | | | 1.416.489 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

| | Notas | 2023 | 2022 |
|--|-------|---------|--------|
| Lucro líquido do exercício | | 100.998 | 77.209 |
| Total de resultados abrangentes | | 100.998 | 77.209 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

| | Notas | 2023 | 2022 |
|--|-------|---------|--------|
| Lucro líquido do exercício | | 100.998 | 77.209 |
| Total de resultados abrangentes | | 100.998 | 77.209 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

bilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** **2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

| Tópico | Nota explicativa | Descrição |
|--|------------------|--|
| Ativos de contrato | 3.2 e 8 | - Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e |
| Imposto de renda e contribuições sociais diferidos | 3.5.2 e 11 | Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção. |
| Receita operacional líquida | 3.1 e 15 | Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros |
| Instrumentos financeiros | 3.7 e 18 | 2.4.2. Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte direamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Instrumentos Financeiros. 3. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. 3.1. Reconhecimento da receita. A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaçõe a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura. As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. (b) Receita de operação e manutenção (O&M). A receita de O&M é a contraprestação pelas obr |

EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de performance estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). A medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas da cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconómica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Recibo de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação da infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precisar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconómicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PV) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo estabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais.** SUDENE. Em 19 de outubro de 2021 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão, com prazo de vigência de 2022 a 2031. **3.5. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICP-22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceite um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento de ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciamento; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria. **Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21** Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinacão de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciamento; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria. **Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20** Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinacão de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciamento; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria. **Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 50** Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). **Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20** Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinacão de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciamento; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria. **Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20** Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinacão de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circular, mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 41 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciamento; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro. **3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Revisão e Normas impactadas** Data de aprovação (Brasil) Aplicável a partir de Impactos contábeis (Nota) Pronunciamento Técnico CPC n° 50 07/05/2021 01/01/2023 Não Esta Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 01/03/2022 01/01/2023 Sem impacto relevante 01/01/2023 (ajuste CPC 47, impactos relevantes imediata) Pronunciamento Técnico CPC n° 20 03/11/2022 01/01/2023 Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia (IAS 1) Emissão a nível de IASB 01/01/2024 A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • O direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014. 3.12. Assuntos regulatórios. A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R\$ 143,125 homologado pela REH 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP. A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. 5. Caixa e equivalentes de caixa

específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. (d) **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Ativos financeiros a VJR Esse ativo são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado Esse ativo são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA Esse ativo são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA Esse ativo são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. (e) **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso para classificado como mantido para negociação, por um derivativo ou foi designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. 3.7.3. Desreconhecimento. (a) **Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) **Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 3.7.4. Compensação. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e terinha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.8. Capital social. 3.8.1. Ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquido de impostos. 3.9. Distribuição de dividendos. A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e IPCP 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. 3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações. O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

| | |
|--|---|
| (a) | O caixa e equivalentes de caixa se referem a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício fino em 31 de dezembro de 2023 equivale a 97,00% a.a. do CDI (97,00% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). |
| 6. Aplicações financeiras | |
| 2023 | 2022 |
| Circulante | |
| Fundo de investimento (a) | |
| Cotas de fundos de investimento | 62.943 |
| Não circulante | |
| Recursos vinculados (b) | 14.031 |
| Total | 76.974 |
| Não circulante | |
| Recursos vinculados (b) | 12.732 |
| Total | 62.162 |
| (a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e (b) Referem-se as aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. | |
| Total | |
| 6. Aplicações financeiras | |
| 2023 | 2022 |
| Circulante | |
| Fundo de investimento (a) | |
| Cotas de fundos de investimento | 62.943 |
| Não circulante | |
| Recursos vinculados (b) | 14.031 |
| Total | 76.974 |
| Não circulante | |
| Recursos vinculados (b) | 12.732 |
| Total | 62.162 |
| (a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e (b) Referem-se as aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. | |
| Total | |
| 6. Aplicações financeiras | |
| 2023 | 2022 |
| Circulante | |
| Fundo de investimento (a) | |
| Cotas de fundos de investimento | 62.943 |
| Não circulante | |
| Recursos vinculados (b) | 14.031 |
| Total | 76.974 |
| Não circulante | |
| Recursos vinculados (b) | 12.732 |
| Total | |

EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2023 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 21.009 | 389.500 | 410.509 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (1.935) | (2.077) |
| Total | | | 20.867 | 387.565 | 408.432 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2022 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| Mútuo – EOTL Energia | 105,5% do CDI | N/A | 17.485 | – | 17.485 |
| Subtotal | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.085 | 407.494 | 445.579 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2023 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 21.009 | 389.500 | 410.509 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (1.935) | (2.077) |
| Total | | | 20.867 | 387.565 | 408.432 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2022 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| Mútuo – EOTL Energia | 105,5% do CDI | N/A | 17.485 | – | 17.485 |
| Subtotal | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.085 | 407.494 | 445.579 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2021 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2020 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2019 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2018 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2017 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2016 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2015 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2014 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

| Moeda nacional (R\$) | Custo da dívida (%.a.a.) | Garantia | 2013 | | |
|-----------------------|--------------------------|---|----------------------|----------------|---------|
| | | | Principal circulante | não circulante | Total |
| Banco do Nordeste | IPCA + 2,08% | Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva | 20.742 | 409.571 | 430.313 |
| (-) Custo de captação | | | (142) | (2.077) | (2.219) |
| Total | | | 38.227 | 409.572 | 447.798 |

EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito**
Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa.** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 205 (R\$ 186 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, baseado nas agências de rating Fitch Rating e Standard & Poors. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito, com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber.** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso da Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento da prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 9 – empréstimos e financiamentos e nº 10 – debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-o principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia é sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestariam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i)** **Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos de seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(ii)** **Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos de seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

| Operação | | Risco de taxa de juros | | | | |
|---|------|------------------------|-----------|------------------|-----------------|------------------|
| | | Risco (exposição) | Saldo | Cenário Provável | Cenário II +25% | Cenário III +50% |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 77.162 | 84.909 | 86.846 | 88.783 | 82.972 |
| Impacto no resultado | | | | 1.937 | 3.874 | (1.937) |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Empréstimos, financamentos e debêntures | IPCA | (525.418) | (558.624) | (566.926) | (575.228) | (550.323) |
| Total de passivos financeiros | | (525.418) | (558.624) | (566.926) | (575.228) | (550.323) |
| Impacto no resultado | IPCA | (33.206) | (8.302) | (16.603) | 8.302 | 16.603 |
| Efeito líquido no resultado | | | | (8.302) | (16.603) | 16.603 |
| | | | | (6.365) | (12.730) | 6.365 |
| | | | Taxa | Taxa projetada | | |
| | | | | 5,75% | 5,50% | 5,25% |

| Referência para ativos e passivos financeiros | projetada | 31/12/2023 | +25% | +50% | -25% | -50% |
|---|-----------|------------|--------|--------|-------|-------|
| CDI (% 12 meses) | 10,04% | 13,04% | 12,55% | 15,06% | 7,53% | 5,02% |
| IPCA (%12 meses) | 6,32% | 4,68% | 7,90% | 9,48% | 4,74% | 3,16% |

Fonte: B3. d) Risco de vencimento antecipado.

A Companhia possui debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa 16 - Debêntures. e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contratos e empregam metodologias préviamente definidas. O

sos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. f) **Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e

| | Valor contábil* | Fluxo de caixa contratual total | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
|----|-----------------|---------------------------------|------------------|------------|----------|----------|-----------------|
| os | 408.432 | 588.017 | 7.337 | 35.272 | 41.401 | 123.150 | 380.81 |

| | | | | | | | |
|---|----------------|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Títulos de dívida emitidos com garantia | 111.204 | 174.732 | 9.779 | 8.783 | 17.225 | 49.412 | 89.531 |
| Fornecedores | 6.331 | 6.331 | 6.331 | — | — | — | — |
| Total | 525.967 | 769.081 | 23.447 | 44.055 | 58.627 | 172.562 | 470.391 |

Opinião: Examinámos as demonstrações contabilas da de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do

entivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Recuperação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Formalização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia gesta de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de uso, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

- Gestão Ambiental; • Gestão de Limpeza de Fábrica, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos Sólidos, Lixo e Reciclagem; • Gestão da Qualidade e da Produção; • Gestão da Logística e da Distribuição; • Gestão da Inovação e da Pesquisa e Desenvolvimento; • Gestão da Comunicação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e a Matematização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia atua a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de instalação, limpeza de fábrica e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

h) Integração Ambiental: A Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste no alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas das autoridades ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras o processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condições e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados à implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de operação cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em árvores urbanas com alta densidade árvore de grande porte. h) Gestão do capital. A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os maiores retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assimilando as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturaram as condições de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo e debêntures. 19. Demonstração dos fluxos de caixa. 19.1. Transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão contidas no tópico abaixo:

| |
|---|
| Indicações na tabela abaixo: |
| Idades de financiamento |
| dividendos intermediários |
| dividendos adicionais de 2022 distribuídos |
| liberalização de reserva para pagamento de dividendos |
| dividendos mínimos obrigatórios |
| total |
| Mudanças nas necessidades de atividades de financiamento |
| 33.175 |
| 2.013 |
| 6.332 |
| 783 |
| 42.303 |

. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento
2022 Fluxos de caixa R

| | 2022 | Fluxos de caixa | Pagamento de juros (| Outros (| 2023 |
|----------------------------|---------|-----------------|----------------------|----------|---------|
| préstimos e financiamentos | 445.579 | (33.826) | (32.916) | 29.595 | 408.432 |
| emprestadas | 111.911 | (6.164) | (5.378) | 10.836 | 111.205 |

Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações líquidas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar ainda não pagos no final do exercício. **20. Eventos subsequentes:** Distribuição de dividendos adicionais. Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta distribuição de dividendos adicionais de R\$ 39.106, decorrentes do resultado do exercício.

Werner Zwecker Junior - Diretor Presidente

avares de Lima

Christiano de Lima Esgaado
Diretor

Valderio Ferreira de Oliveira
Diretor

Superintende

as no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência

resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor perante a auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria: Auditoria das demonstrações contábeis. Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamente nos assuntos de auditoria. Para cada assunto aberto, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor perante a auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.308.431 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente exige que o cliente exija o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtem o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada e cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Além disso, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto, Nossos procedimentos de auditoria incluiram, dentre outros: (i) o entendimento do processo de concessão da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias nas instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontando a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indicios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus additivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação. A Companhia, impactada pelos seu elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes de sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por conseguinte, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto, Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs inclui procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, sistemas de informação, segurança de dados, backup e recuperação de dados, e compliance. Focamos, no entanto, na eficácia dos procedimentos de tecnologia da informação para o tratamento de incidentes. Focamos, no entanto, na eficácia dos procedimentos de tecnologia da informação para o tratamento de incidentes. Focamos, no entanto, na eficácia dos procedimentos de tecnologia da informação para o tratamento de incidentes.

toria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluirão, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pelo avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinaremos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não é
zoável, superar os benefícios da com-
Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020729/Q

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 05/04/2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP N° 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
verificada no site

P Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal de Brasília** ou acesse o link:

